



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

C I D O
Em 20 / 10 / 09
[Signature]
Sala de Plenário

Ao Setor de Protocolo Legislativo para registro e em seguida à Presidência:

REQUERIMENTO Nº
(Do Sr. Deputado Brunelli)

RQ 1850/2009

ouvida a Mesa, para deliberar à vista do parecer de relator designado.

por intermédio do Gabinete da Mesa Diretora, para deferimento ou indeferimento

Em, 21/10/09

Itamar Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao Senhor Presidente do BRB.

Requeiro nos termos do Art. 40, inciso I e § 2º do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal c/c art. 60, inciso XXXIII da LODF, que sejam solicitadas ao Senhor Presidente do BRB, as seguintes informações:

1 – Encaminhar a este gabinete extratos com as movimentações bancárias a partir de 2007 até a presente data, referente às aplicações em certificados de depósito bancário (CDBs), feitas pela Secretaria de Saúde, de parte da verba repassada pelo Ministério da Saúde à essa Secretaria, conforme noticiado pela imprensa local (DFTV 1ª edição de 08/08/2009 – reportagem anexa) informando que em dezembro de 2008 havia R\$ 12.188.001,82 (doze milhões, cento e oitenta e oito mil, um real e oitenta e dois centavos) em aplicações;

2 – Informar o tempo que a verba ficou aplicada no BRB;

3 – Informar os rendimentos provenientes dessas aplicações.

JUSTIFICAÇÃO

Para melhor desempenhar o trabalho parlamentar junto ao seu eleitorado, principalmente sobre as questões relacionadas à fiscalização do Estado nas suas obrigações institucionais e, principalmente, ao respeito ao princípio da legalidade e do Estado Democrático.

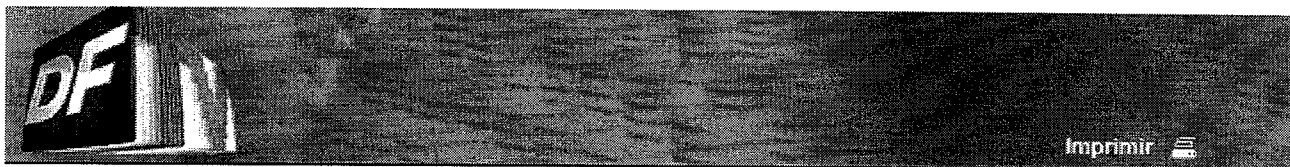
Por fim, a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 60, inc. XVI prevê que o parlamentar tem as prerrogativas de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta e no Inciso XXXIII do mesmo artigo, de encaminhar, por intermédio da Mesa Diretora, requerimento de informação aos Secretários de Governo, **implicando crime de responsabilidade**, nos termos da legislação pertinente, a recusa ou o não atendimento no **prazo de trinta dias**, bem como o fornecimento de informação falsa.

Sala de Sessões, em de setembro de 2009.

BRUNELLI
Deputado Distrital

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 1850/2009
Folha Nº 01

ASSERVA DE RENOVO PROT. 15-04-2009 17:23 Tmcr



08/08/2009

Ministério da Saúde investiga aplicações de verba repassada ao GDF em contas do BRB

O governo afirma que o dinheiro fica aplicado enquanto dura a burocracia para compra de remédios e equipamentos. Mas o Ministério Público vai exigir explicações do governador José Roberto Arruda.

A melhor qualidade de vida do país, mas falta saúde. “Tem gente que está esperando desde as 11h e que ainda não foi atendido”, reclama um senhor.

A explicação é que o sistema de saúde do Distrito Federal recebe muitos pacientes de outros estados. “Nós temos uma grande sobrecarga na rede pública de Brasília, em função dessas cidades que cresceram muito no Entorno, exatamente por causa de Brasília”, destaca Arruda.

Uma investigação do Departamento Nacional de Auditorias do SUS, o Denasus, que a **TV Globo** teve acesso, mostra que sobra dinheiro para a saúde no Distrito Federal. Segundo o departamento, grande parte dos recursos repassados pelo Ministério da Saúde acaba em aplicações financeiras no BRB.

No ano passado, o Ministério da Saúde repassou R\$ 378.257.696,81 para a Secretaria de Saúde do DF. Em março desse ano, R\$ 238.476.079,62 estavam em certificados de depósitos bancários (CDBs) do Banco de Brasília. Para os auditores, os “Programas não estão funcionando, e causam prejuízo social aos usuários do SUS”. Recursos repassados para programas como Saúde da Família, Combate à Aids, Agentes de Saúde e o Samu não estão sendo totalmente gastos tem vários anos.

A Secretaria de Saúde diz que nos cálculos já está incluído o dinheiro de 2009. Mas os dados confirmam que grande parte dos recursos está aplicada. No fim do ano passado, R\$ 22.408.502,88 que deveria ir para consultas, vacinas, pré-natal e partos ficaram no banco. Para comprar medicamentos, o Ministério da Saúde repassou, em 2008, R\$ 9.230.102,09. Em dezembro, havia R\$ 12.188.001,82 em aplicações financeiras.

O governo diz que os repasses da União representam uma pequena parte do orçamento para a saúde no DF. E que esses recursos são mais difíceis de gastar em razão das exigências do governo federal. “O que acontece muitas vezes é que os recursos acumulados de um ano para o outro sofrem uma dificuldade muito grande para sua execução em razão de processos licitatórios demorados, enrolados”, enfatiza o secretário de Saúde Augusto Carvalho.

Para o especialista Marcelo Piancastelli, a área da saúde perde e o BRB sai ganhando com essas aplicações. “Pode financiar perfeitamente o setor privado, empresas de diversos tipos. O que se configura utilizar recurso público aplicados num banco público para financiar outros tipos de atividades que não sejam na área de saúde”, explica.

O Ministério Público quer explicações do governador José Roberto Arruda. “É necessário, inclusive, dar depois uma analisada com mais calma sobre os aspectos criminais dessa conduta, porque provoca danos irreparáveis à população. E é uma questão de governo”, destaca o promotor de Saúde Jairo Bisol.

O governador José Roberto Arruda disse que vai criar uma central de compra específica para medicamentos para reduzir a burocracia. E prometeu aplicar o dinheiro que está no BRB em projetos

Sector Protocolo Legislativo
PO Nº 1850/2009
Folha Nº 02
AAM

como a construção da sede do Samu.

Gabriela Valente

Imprimir 

[[© Copyright 2009 - Globo Comunicação e Participações S.A.](#)] | [[Política de Privacidade](#)]

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 17501/2009

Folha Nº 03 